

Field Education in the Southwest of Paraná: a historical retrospective of field high schools 2007-2023

A Educação do Campo no Sudoeste do Paraná: uma retrospectiva histórica das escolas estaduais do campo 2007-2023

Received: 21-04-2024 | Accepted: 23-05-2024 | Published: 28-05-2024

Carlos Antônio Bonamigo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

E-mail: carlos.bonamigo@unioeste.br

ABSTRACT

The objective of this text is to present a historical retrospective of field high schools in the Southwest of Paraná between 2007 and 2023, considering the variation rates in the number of schools, students enrolled in their distribution in the Regional Education Centers – NRE of Francisco Beltrão, Pato Branco and Dois Vizinhos, in order to analyze the historical trends in the last two decades of Field Education in the Southwest of Paraná. Regarding the technical level of the investigation, a bibliographic and documentary approach was combined with a quantitative survey of data from field high schools through official reports and databases to locate and systematize the data intended by the research. In general, the results of the investigation showed that there is a continuous process of decrease in enrolled students, closures of field schools, inadequacy of didactic materials and curricular organization, teacher turnover, lack of continued formation for field school teachers, in addition to the absence of mechanisms to guarantee the permanence of young people and peasant families in the countryside.

Keywords: Field Education; Southwest; Paraná; History.

RESUMO

Objetiva-se neste texto apresentar uma retrospectiva histórica das escolas estaduais do campo no Sudoeste do Paraná entre os anos de 2007 a 2023, considerando os índices de variação do número de escolas, estudantes matriculados em sua distribuição nos Núcleos Regionais de Educação – NRE de Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos, a fim de analisar quais as tendências históricas nas duas últimas décadas da Educação do Campo no Sudoeste do Paraná. Em relação ao nível técnico da investigação, combinou-se uma abordagem bibliográfica e documental com um levantamento quantitativo dos dados das escolas estaduais do campo por meio de relatórios e banco de dados oficiais para localizar e sistematizar os dados pretendidos pela pesquisa. De forma geral, os resultados da investigação demonstraram que há um processo contínuo de diminuição de estudantes matriculados, fechamentos de escolas do campo, inadequação de materiais didáticos e de organização curricular, rotatividade dos professores, inexistência de formação continuada aos docentes das escolas do campo, além da ausência de mecanismos que garantam a permanência dos jovens e das famílias camponesas no campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Sudoeste; Paraná; Histórico.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo, das Águas e das Florestas, ao longo das últimas décadas, instituiu-se como modalidade cultural específica da Educação Nacional (Brasil, 2010a), a partir da organização e das lutas dos movimentos sociais populares do campo, combinadas com inúmeros outros movimentos sociais, educadores, educadoras, instituições de ensino superior, pesquisadores, pesquisadoras, grupos de pesquisas, centenas de sujeitos individuais e coletivos, espalhados pelos diversos territórios. Nessa construção histórica da Educação do Campo, diversas características essenciais marcaram os diferentes períodos desde a sua denominação, em 1998, passando pela sua institucionalização a partir de 2010, aos desafios atuais pela sua efetivação.

Entretanto, os últimos anos têm sido marcados por retrocessos importantes tanto nas políticas públicas em geral quanto nas políticas públicas em educação. Em relação à Educação do Campo não tem sido diferente, especialmente na territorialidade do Sudoeste do Paraná, objeto desta investigação. Considerando as escolas estaduais do campo do Sudoeste do Paraná, qual a retrospectiva histórica em relação aos estudantes matriculados, mantiveram estáveis ou houve diminuição? E em relação às escolas do campo, as políticas públicas as mantém ou há fechamentos e abandonos? Quais as principais demandas das escolas estaduais do campo para garantir a sua permanência e fortalecimento?

Considerando estes aspectos, objetiva-se apresentar uma retrospectiva histórica das escolas estaduais do campo no Sudoeste do Paraná entre os anos de 2007 a 2023,

considerando os índices de variação do número de escolas, estudantes matriculados em sua distribuição nos Núcleos Regionais de Educação – NRE de Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos, a fim de analisar quais as tendências históricas nas duas últimas décadas da Educação do Campo no Sudoeste do Paraná. Em relação ao nível técnico da investigação, conforme abordagem de Sánchez Gamboa (2012), combinou-se uma abordagem bibliográfica e documental com um levantamento quantitativo dos dados das escolas estaduais do campo por meio de relatórios e banco de dados oficiais para localizar e sistematizar os dados pretendidos pela pesquisa.

De forma geral, os resultados da investigação demonstraram que há um processo contínuo de diminuição de estudantes matriculados, fechamentos de várias escolas do campo, inadequação de materiais didáticos e de organização curricular, rotatividade dos professores de um ano para outro, inexistência de formação continuada específica aos docentes das escolas do campo, além da ausência de mecanismos que garantam a permanência dos jovens e das famílias camponesas no campo.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Historicamente, os conceitos e/ou formas de organização da sociedade, Estado e suas estruturas de governabilidade, sofreram inúmeras transformações (Bobbio, 2004). Com a organização dos diversos setores sociais por meio de suas organizações sindicais, estudantis, populares e por diversas formas de luta e de enfrentamento ao poder constituído, inúmeros direitos, considerados fundamentais, além de muitos outros, foram elevados à categoria de pressupostos legais, aos quais devem ser promovidos e assegurados pelo Estado.

Entretanto, por mais que esses direitos estejam positivados no ordenamento jurídico brasileiro, muitos deles ainda permanecem existindo apenas formalmente. Nesse sentido, para que haja, de fato, liberdade e igualdade entre as pessoas, direitos básicos como saúde, educação, trabalho, moradia, saneamento básico, além de muitos outros, cabe ao poder público desenvolver uma série de ações e atuar diretamente nessas diferentes áreas, por meio de políticas públicas para efetivar os direitos garantidos nas leis (Azevedo, 1997).

As políticas públicas constituem um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ainda entender por que o como as ações tomaram certo

rumo em lugar de outro (Souza, 2006). Em outras palavras, o processo de formulação de políticas públicas é aquele por meio do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados e mudanças desejadas no mundo real.

O conceito de políticas públicas pode possuir ainda dois sentidos diferentes. No sentido político, encara-se a política pública como um processo de decisão, em que há naturalmente conflitos de interesses. Por meio das políticas públicas, o governo decide o que fazer ou não fazer. O segundo sentido se dá do ponto de vista administrativo, as políticas públicas são um conjunto de projetos, programas e atividades realizadas pelo governo (Andrade, 2016). Pode-se perceber como se torna imprescindível a construção, dentro das políticas públicas, de políticas educacionais, as quais pensem a educação e busquem estabelecer melhorias qualitativas na educação pública, ou seja, que estejam voltadas à construção de propostas articuladas e consequentes com vistas à educação emancipatória, centrada em razões ético-políticas, capazes de efetivarem os direitos sociais prescritos na legislação.

No Brasil, em relação ao contexto histórico das políticas educacionais, observa-se a combinação de avanços e retrocessos, desde a implementação de determinadas reformas educacionais elaboradas para atender necessidades de determinadas épocas que logo em seguida são abandonadas, de programas extemporâneos desconectados historicamente que se perdem pelo caminho, incapazes de permanecerem no tempo, seja pela falta de planejamento estratégico a longo prazo, ou pela própria insignificância de seus objetivos e metas (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2011; David, 2015).

De forma geral, por isso, tem predominado, historicamente, a carência de políticas educacionais interessadas no desenvolvimento educacional do país e de sua população. O que se tem verificado é que a educação no Brasil foi concebida e implementada nos distintos períodos históricos da formação da sociedade brasileira a priorizar determinados setores das elites, ao invés de vincular-se aos interesses da maioria da população, desde a sua formação profissional, escolarização, socialização e produção do conhecimento científico. Desse modo, as políticas públicas educacionais historicamente existentes coadunam-se com as diferenças sociais e econômicas ao invés de tornarem-se mecanismos de inserção e/ou alteração nas/das relações sociais hegemônicas (Souza, 2006; Molina, 2010; Reis, 2011).

Dessa forma, quando se pensa a educação enquanto uma política pública, ou seja, como um dever do Estado e um direito da população, precisa se compreender que a realidade escolar e educacional do nosso país está diretamente ligada a forma como os

governos adotam suas políticas e na forma como vão se efetivas nas instituições escolares. Desse modo, a oferta de educação de qualidade para a população manifesta-se como resultado do tipo de opção política dos poderes instituídos historicamente (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2011). Se essas são as características gerais da educação no Brasil, reforça-se ainda mais esse descaso e poucos investimentos ou prioridade no que se refere à modalidade da educação básica que é a Educação do Campo, assim considerada a partir da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 (Brasil, 2010a).

Historicamente, as primeiras articulações de políticas específicas para a Educação do Campo, após muitas lutas travadas pelos movimentos sociais, começam a se institucionalizar com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reconhecendo as particularidades da vida no campo e de cada região (Brasil, 1996). Outro marco legal significativo foi a Resolução nº 1 do CNE/CEB de 2002 que tratou das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, fortalecendo a possibilidade de diferenciação das escolas públicas do campo (Brasil, 2002). Muitos outros marcos legais fazem parte da Educação do Campo, mas talvez a mais importante tenha sido a sua institucionalização levada a cabo pela Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e reconheceu em seus artigos 35º e 36º a Educação do Campo como modalidade da Educação Básica.

Apesar desses avanços nos marcos legais, os direitos dos povos do campo ainda são marcados por dois desafios principais.

Primeiro, enfrentamos dificuldades com relação ao acesso à escola [...] com o fechamento das instituições de ensino no campo e o deslocamento de crianças e adolescentes aos centros urbanos e/ou às comunidades polos localizadas no meio rural, fato que traz diversos problemas de ordem política, pedagógica e cultural, tendo em vista que os educandos são obrigados a deslocarem-se dos seus territórios, enquanto espaços de referência na produção do conhecimento e desenvolvimento da cidadania. Segundo, convivemos ainda com propostas pedagógicas e curriculares que ignoram o campo como espaço de construção de conhecimentos, culturas e saberes; e os educandos enquanto sujeitos históricos e protagonistas na produção de diferentes saberes vinculados às suas práticas culturais e suas relações com/no mundo. A negação deste contexto sociocultural e dos conhecimentos neles produzidos constitui-se um grave equívoco pedagógico e epistemológico [...] (Lima; Melo, 2016, p. 7-8).

O cenário precário de políticas públicas educacionais no campo estão carregadas de urbanidade que se expressa em diversas direções, como por exemplo, o descaso das

esferas que envolvem os processos educativos específicos, em especial na formação de educadores/as que atuam nas escolas do campo. Historicamente, as políticas de formação de educadores/as do campo não tiveram lugar de destaque na educação brasileira, o que acaba por acarretar a rotatividade em massa de professores e professoras nas escolas do campo, elevando o nível de precarização do ensino, assim como das condições de trabalho dos docentes nas escolas do campo, haja vista que, para atuar como docente em uma escola no/do campo é preciso o conhecimento das formas específicas de exercer o ofício de ensinar e de educar no campo (Arroyo, 2007; 2020; Lima; Melo, 2016).

Percebe-se que na realidade das escolas públicas do campo, infelizmente, é marcada pelo pouco tempo de permanência dos professores nas comunidades escolares, o que faz com que boa parte deles não compreenda os elementos que constituem a identidade dos estudantes com os quais trabalham, assim como não permite com que eles se reconheçam enquanto educadores e educadoras do campo. A realidade educacional está alheia à construção da identidade e de vínculo desse profissional com o campo e a comunidade camponesa. Em suma, o ser docente nas escolas do campo, na maioria das vezes, acaba por ser, uma penalização e não uma escolha.

Dada a diversidade do sistema produtivo e a particularidade dos saberes e culturas das comunidades camponesa, torna-se imperativa a luta por políticas públicas que não apenas lutem pela manutenção das escolas no campo, mas que, ao mesmo tempo, estejam preocupadas com a sua qualidade educacional. Torna-se imprescindível a manutenção de educadores no e para o campo, tendo em vista que o papel que o educador ocupa na comunidade camponesa é fundamental no fomento à cultura, na formação dos sujeitos e na organização político-social dessa comunidade. Além disso, há no campo há uma variedade de experiências com significados muito diferentes e faz-se necessário refletir sobre esses significados pois, o campo é, acima de tudo, um espaço de lutas e culturas singulares, rico e diverso (Arroyo, 2020).

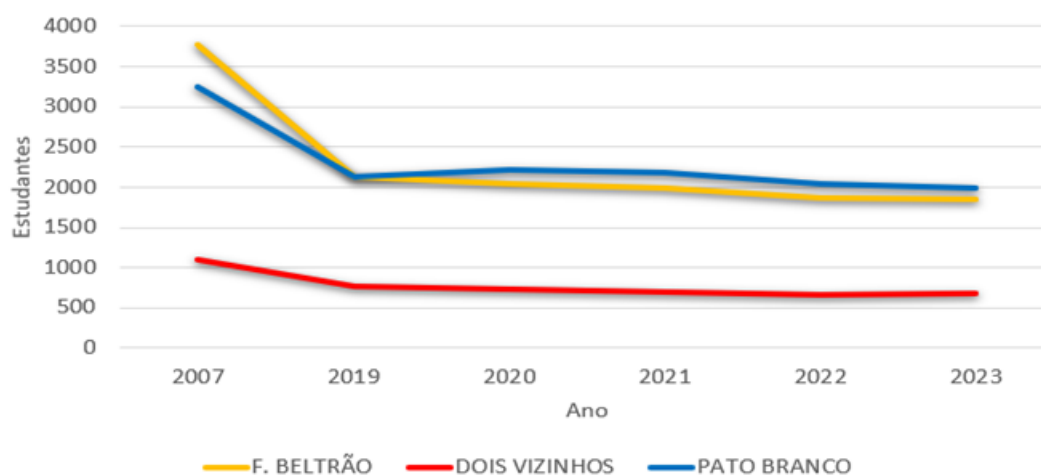
UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO CAMPO: 2007-2023

A apresentação desta retrospectiva histórica das escolas estaduais do campo no Sudoeste do Paraná entre os anos de 2007 a 2023 far-se-á em dois momentos: o primeiro considerará os números gerais dos Núcleos Regionais de Educação – NRE de Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos, considerando os índices de variação de escolas,

estudantes matriculados e docentes, a fim de analisar quais as principais tendências históricas nas duas últimas décadas da Educação do Campo no Sudoeste do Paraná. Posteriormente, serão apresentados os dados específicos de cada Núcleo Regional de Educação, a fim de analisar se estas tendências históricas gerais se manifestam de forma particular em cada NRE, considerando suas características específicas.

De acordo com os dados da sequência histórica construída por esta investigação, observa-se que houve uma queda expressiva no número de estudantes matriculados nas escolas estaduais do campo entre os anos 2007 e 2023, nos três Núcleos Regionais de Educação: Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Estudantes Escolas Estaduais do Campo do Sudoeste do Paraná 2007-2023



Fonte: Gefhemp (2024)

Em 2007, o Núcleo Regional de Francisco Beltrão tinha 3.781 estudantes, Dois Vizinhos 1.106 e Pato Branco 3.242, totalizando 8.129 estudantes matriculados nas escolas estaduais do campo nos três referidos Núcleos. No ano de 2019, o NRE Francisco Beltrão baixou o número de estudantes para 2.130, Dois vizinhos para 767 e Pato Branco para 2.128, totalizando apenas 5.025 estudantes. Em 2020, o NRE de Francisco Beltrão estava com 2.043, Dois Vizinhos com 724 e Pato Branco acabou tendo um aumento, passando a ter 2.221, totalizando 4.988 estudantes. Já no ano de 2021, todos os Núcleos tiveram queda no número. Francisco Beltrão ficou com 1.988, Dois Vizinhos com 689 e Pato Branco com 2.185, totalizando 4.862 estudantes (Paraná, 2023).

Em 2022, o Núcleo de Francisco Beltrão contava com 1.875 estudantes, o de Dois Vizinhos com 686 e o de Pato Branco com 2.040, totalizando 4.601. Por fim, em 2023, o Núcleo de Francisco Beltrão contava com 1.857 estudantes, o de Dois Vizinhos com 661 e o de Pato Branco com 1.998, totalizando 4.541 estudantes nas escolas estaduais do campo no Sudoeste do Paraná. Em percentuais, houve nos últimos 16 anos, de 2007 a 2023, uma redução de 44% de estudantes nas escolas estaduais do campo no Sudoeste do Paraná. Em números absolutos perdeu-se 3.588 matrículas nas escolas estaduais do campo nas últimas décadas (Gefhemp, 2024).

Em relação número de escolas estaduais do campo do Sudoeste do Paraná, em 2007 havia 86 escolas e em 2019 havia 85. Apesar da grande diminuição do número de matrículas neste mesmo período, em relação ao número de escola não houve alteração significativa. Entretanto, a partir de 2020, iniciou-se um novo momento, conforme já analisado por Bonamigo e Cardoso (2022), caracterizado por novos fechamentos de escolas estaduais no Sudoeste do Paraná. Esta nova tendência de fechamentos foi marcada pelo fechamento de duas escolas em 2020 e de quatro escolas em 2021, ficando a partir daí, ou seja, em 2021 e 2022, com 79 escolas estaduais do campo e em 2023 com 80 escolas. Em relação aos dados específicos de 2023 das escolas estaduais e seus estudantes, do total de 4.541 estudantes matriculados no Sudoeste do Paraná, 3.388 estavam matriculados no Ensino Fundamental e 1.153 no Ensino Médio.

Outro dado significativo que apareceu nesta sequência histórica é que desde 2019 permaneceu praticamente inalterado o percentual do número de professores efetivos se comparados ao número dos professores contratados temporariamente pelo Processo Seletivo Simplificado - PSS, ou seja, estes são mais de 40% do total de docentes. Em 2019, entre os NRE de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco, havia 1.074 professores efetivos – regime Quadro Permanente do Magistério – QPM e 734 contratados pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS (Gefhemp, 2024). Depreende-se destes dados duas questões significativas que merecem ser analisadas de forma específica.

A primeira diz respeito ao número de professores efetivos se comparados ao número dos professores contratados temporariamente pelo PSS, ou seja, estes são mais de 40% do total de docentes! Essa forma de organização das políticas públicas relacionadas à Educação do Campo no Estado do Paraná acarreta uma grande rotatividade de pessoal, uma vez que o profissional contratado pelo regime “PSS”, e mesmo os concursados que não tem o seu padrão fixado nas escolas do campo, são condicionados a um trabalho fragmentado, necessitando deslocar-se para mais de uma escola para

completar a sua carga horária. Além disso, no início de cada ano letivo, são realocados em diferentes escolas em que estiveram em anos anteriores (Lino, 2012).

Essa rotatividade gera em todos os anos e em todas as escolas do campo a quebra de vínculos com a estratégia pedagógica da escola, com os seus pares, com os estudantes e com a comunidade. Uma vez que não se pode permanecer nela por um longo período, não cria raízes, o que muitas vezes provoca falta de interesse em embrenhar-se na singularidade da Modalidade de Educação do Campo que as escolas do campo estão inseridas. Além disso, não lhes resta tempo para conhecer a fundo a proposta pedagógica da escola, as suas características principais, os seus projetos, as suas ações com a comunidade, as suas finalidades educativas, como demonstrado nos estudos de Lino (2012).

A outra questão se refere à diminuição de mais de 44% no número de estudantes, ou seja, em quase duas décadas perdeu-se 3.588 matrículas de estudantes nas escolas estaduais do campo. Esse esvaziamento das escolas do campo ocorridas nesse período no Sudoeste do Paraná, mesmo que não tenha ocorrido alteração significativa no número de escolas, como ocorreu muito intensamente em períodos anteriores, como demonstram os estudos de Cattelan (2014), definem o encerramento de um período caracterizado pela permanência relativa do número de escolas e uma grande diminuição do número de estudantes.

Entretanto, a partir de 2020 em diante, essa realidade de permanência relativa do número das escolas estaduais do campo começa a mudar significativamente, uma vez que houve novos fechamentos e a implementação de uma nova política educacional no Estado do Paraná denominada “escolas multianos”. Trata-se de uma organização pedagógica e curricular de escolas estaduais do campo com menos de 30/35 estudantes matriculados (Bonamigo; Cardoso, 2022).

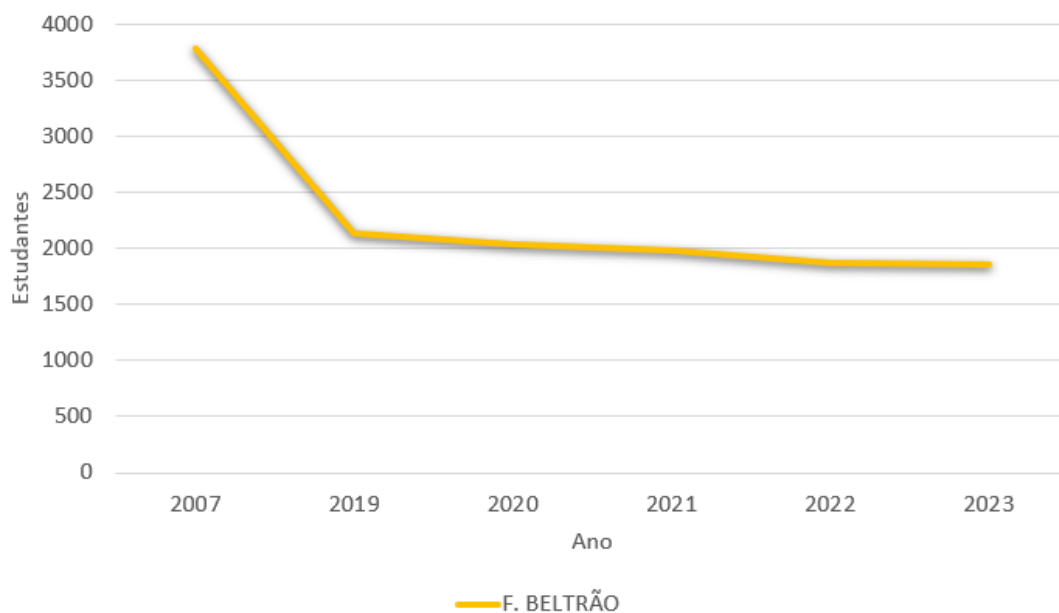
Em 2020, quando iniciou a implementação dessa modalidade, havia no Sudoeste do Paraná, 20 escolas estaduais nesse sistema de multianos, com 11 escolas no NRE de Francisco Beltrão, 6 escolas no NRE de Dois Vizinhos e 3 escolas no NRE de Pato Branco, totalizando ao todo 383 estudantes, distribuídos em 38 turmas, em 11 municípios do Sudoeste do Paraná. Em 2021, havia 16 escolas multianos, com 9 no NRE de Francisco Beltrão, 4 no NRE de Dois Vizinhos e de 3 no NRE de Pato Branco, totalizando 360 estudantes matriculados. Em 2022, havia 15 escolas multianos, com 9 no NRE de Francisco Beltrão, 4 no NRE de Dois Vizinhos e de 2 no NRE de Pato Branco (GEFHEMP, 2023). Em 2023, houve um aumento exponencial dessa modalidade nos

NREs do Sudoeste do Paraná e que se manifestou em todo o Estado, igualmente. Em 2023, havia 21 escolas multianos nesses três Núcleos, sendo 14 escolas no NRE de Francisco Beltrão, 4 no NRE de Dois Vizinhos e de 3 no NRE de Pato Branco

Sem dúvida, esses percentuais de professores temporários, combinados com uma forte diminuição no número de estudantes matriculados e a instauração do modelo de multianos contribuem para o enfraquecimento da modalidade da Educação do Campo no Sudoeste do Paraná, dificultando a sua efetivação, de acordo com o preconizado na legislação específica vigente (Brasil, 2002; Brasil, 2010a; Brasil, 2010b).

A partir das considerações gerais sobre a Educação do Campo no Sudoeste do Paraná, passa-se, neste momento, à apresentação dos dados e análise das principais tendências, a partir da particularidade de cada Núcleo Regional de Educação. O gráfico abaixo destaca os dados do Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão na sequência histórica desde 2007.

Gráfico 2 - Estudantes das Escolas Estaduais do Campo NRE de Francisco Beltrão 2007-2023



Fonte: Gefhemp (2024)

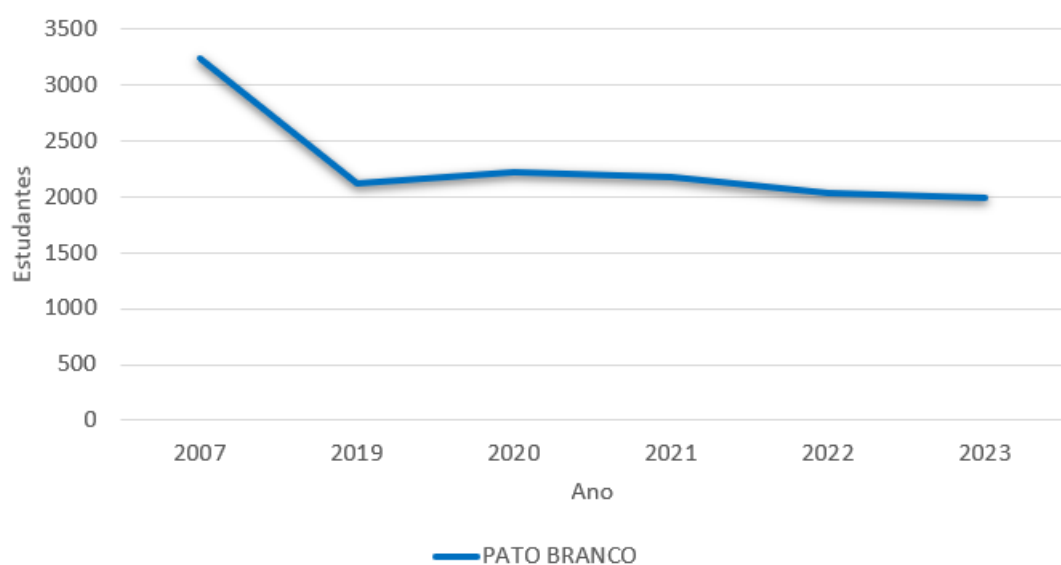
Nota-se que a queda mais acentuada no número de estudantes foi entre 2007 e 2019, que tinha 3.781 estudantes e 2019, com 2.130. Em seguida, no ano de 2020, o NRE de Francisco Beltrão contava com 2.043 estudantes, em 2021 com 1.988, em 2022 com 1.875 e em 2023 estava com 1.857 estudantes matriculados nas escolas estaduais do

campo (Gefhemp, 2024). Constatase uma diminuição de mais de 50% no número de matrículas nos últimos 16 anos no NRE de Francisco Beltrão.

Em 2023, os 1.857 estudantes estava distribuído nas 40 escolas estaduais do campo do NRE de Francisco Beltrão, sendo 1.542 no Ensino Fundamental e 315 no Ensino Médio. Comparados aos dados de 2022, em 2023, houve uma diminuição de 1% no número de estudantes, o que representa em números absolutos uma redução total de 18 estudantes. Essa diminuição foi de 35 estudantes no Ensino Fundamental e um aumento de 17 matrículas no Ensino Médio. Isso demonstra que se mantem a tendência histórica de diminuição do número de estudantes nas escolas estaduais do campo no Sudoeste do Paraná. Essa relativa permanência nos dois últimos anos no número de estudantes não reverte à tendência histórica de enfraquecimento da modalidade na região. Essa tendência, sem dúvida, está associada a inúmeros fatores, especialmente em relação à fragilidade das políticas públicas em geral, às políticas públicas específicas da educação, sem deixar de destacar os aspectos já analisados em outro momento dos dados sobre o esvaziamento populacional e concentração de terra no campo nessa região do estado do Paraná (Bonamigo; Belletini, 2022).

Em relação aos dados específicos do Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, como se pode observar no gráfico abaixo, considerando a sequência histórica, também no NRE de Pato Branco há uma continuidade na diminuição de estudantes das escolas estaduais do campo.

Gráfico 3 - Estudantes Escolas Estaduais do Campo do NRE de Pato Branco 2007-2023

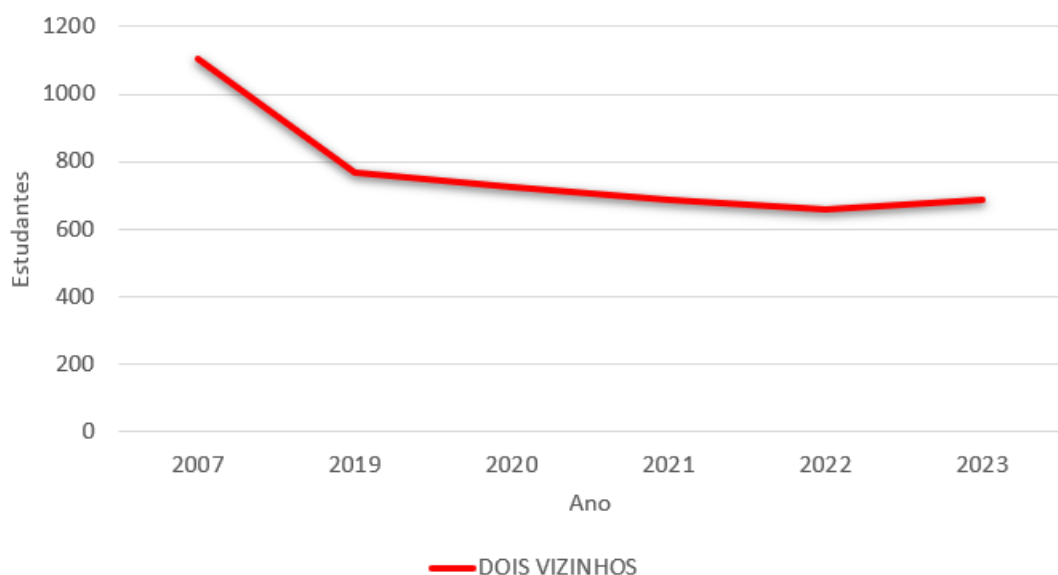


Fonte: Gefhemp (2024)

De acordo com os dados, em 2007 havia 3.242 estudantes e em 2019 havia 2.128. Em 2020, o NRE de Pato Branco tinha 2.221 estudantes. Em 2021, havia 2.185, em 2022 o NRE de Pato Branco tinha 2.040 e em 2023 estava com 1.998 estudantes matriculados nas escolas estaduais do campo, sendo 1.312 no Ensino Fundamental e 686 no Ensino Médio. Assim como no NRE de Francisco Beltrão, mantem-se também no NRE de Pato Branco a tendência histórica de diminuição do número de estudantes. Desde 2007, houve uma diminuição de mais de 38%, perdendo em números absolutos 1.244 matrículas! Nos últimos dois anos, de 2022 para 2023 houve uma diminuição de 42 estudantes.

Em relação aos dados específicos do Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos, como se pode observar no gráfico abaixo, considerando a sequência histórica, também neste Núcleo, segue a mesma tendência histórica de diminuição do número de estudantes nas escolas estaduais do campo, como verificado nos demais Núcleos do Sudoeste do Paraná. Observa-se, entretanto, uma particularidade entre os anos de 2022 e 2023 no NRE de Dois Vizinhos: houve um aumento de 25 estudantes e de uma escola estadual do campo.

Gráfico 4 - Estudantes Escolas Estaduais do Campo do NRE de Dois Vizinhos 2007-2023



Fonte: Gefhemp (2024)

Como se pode observar, houve uma forte diminuição do número de estudantes de 2007 a 2019 e a manutenção da tendência de queda na continuidade da sequência histórica. Em 2007, havia 1.106 estudantes das escolas estaduais do campo no NRE de

Dois Vizinhos. Em 2019 havia 767, seguido de 724 estudantes em 2020, com 689 em 2021, com 661 em 2022 e 686 estudantes em 2023. Houve, nos últimos 16 anos, uma diminuição de mais de 38% do número de estudantes matriculadas nas escolas estaduais nesse Núcleo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode inferir desse conjunto de dados apresentados das últimas duas décadas do Sudoeste do Paraná em relação ao número de escola, de estudantes matriculados e docentes das escolas estaduais do campo? É possível afirmar que a partir dos dados apresentados, há uma tendência histórica de diminuição no número de matrículas dos estudantes das escolas estaduais do campo no Sudoeste do Paraná entre os anos de 2007 e 2023, assim como uma permanência relativa no número de escolas.

Nesse período, houve, por um lado, uma diminuição média de mais de 45% dos estudantes das escolas estaduais uma vez que em 2007 havia 8.129 estudantes e em 2023 havia apenas 4.541 estudantes matriculados e uma diminuição relativa do número de escolas nas últimas décadas, mas, por outro lado, tem-se um número expressivo de escolas estaduais do campo no Sudoeste do Paraná. Em 2007, havia 86 escolas e em 2023, havia 80 escolas estaduais do campo com 4.541 estudantes matriculados, sendo 3.388 no Ensino Fundamental e 1.153 no Ensino Médio. Estes números, por si só, já demonstram as imensas potencialidades da modalidade na territorialidade do Sudoeste paranaense. Abrem-se inúmeras possibilidades de se trabalhar a construção efetiva das particularidades, dos princípios e finalidades da Educação do Campo em todas estas escolas.

Sem dúvida, há demandas às políticas públicas em Educação do Campo no Sudoeste do Paraná, desde processos de formação continuada que dê conta da construção da modalidade, políticas capazes de envolver os estudantes, famílias e comunidades em torno do projeto formativo das escolas do campo. Somam-se a essas necessidades, as inúmeras lutas dos sujeitos sociais do campo pela permanência e fortalecimento dessas escolas do campo, associando as lutas pelo direito à educação de qualidade dos povos do campo à luta pela permanência no/do campo dos povos do campo, garantindo a permanência dos sujeitos sociais do campo em suas territorialidades com educação pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Danilo. **Políticas públicas**: o que são e para que servem? Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-publicas/2016>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 27, nº 72, p. 157-176, mai/ago 2007.
- ARROYO, M. G. Prefácio: Memórias de Educação do Campo. *In*: SANTOS, C. A. *et al.* (org.). **Dossiê Educação do Campo**: documentos 1998-2018. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. p. 11-29.
- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 1. ed. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BONAMIGO, C. A.; CARDOSO, D. Multianos, multisseriadas e novos fechamentos de escolas: a Educação do Campo no Sudoeste do Paraná entre 2020 e 2021. *In*: BONAMIGO, C. A.; GHEDINI, C. M. (org.). **Educação do Campo**: desafios de construir novas referências históricas. Chapecó: Livrologia, 2022. p. 139-171.
- BONAMIGO, C. A.; BELLETINI, K. Os processos de ocupação, atividades produtivas e a Educação do Campo no Sudoeste do Paraná. *In*: BONAMIGO, C. A.; GHEDINI, C. M. (org.). **Educação do Campo**: desafios de construir novas referências históricas. Chapecó: Livrologia, 2022. p. 173-191.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.
- BRASIL. **Resolução nº 01, de 03 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE, 2002. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.
- BRASIL. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC/CNE, 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 2010b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>. Acesso em: 25 fev. 2024.

CATTELAN, C. **Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada.** 2014. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

DAVID, C. M. Política educacional brasileira e sua dimensão social: verso e reverso. *In*: DAVID, C. M. *et al.* (org.). **Desafios contemporâneos da educação.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 108-137.

GEFHEMP. **Grupo de Pesquisa e Estudos em Formação Humana, Educação e Movimentos Sociais Populares.** Acervo 2024. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/grupos-de-pesquisa-francisco-beltrao/gefhemp/acervo>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LIMA, E. S.; MELO, K. R. A. Os percursos políticos e teórico-metodológicos da Educação do Campo. *In*: LIMA, E. S.; MELO, K. R. A. (org.). **Educação do Campo: reflexões políticas e teórico-metodológicas.** Teresina: EDUFPI, 2016. p. 7-19.

LINO, A. V. Políticas públicas e a precarização da educação pelo contrato PSS no Paraná. **Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais – UEL, Londrina, v. 2, p. 1-24, 2012.**

MOLINA, M. C. Desafios teóricos e práticos na execução das políticas públicas de Educação do Campo. *In*: MUNARIN, A. *et al.* (org.). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas.** Florianópolis: Insular, 2010. p. 103-121.

PARANÁ. **Consulta escolas.** Disponível em: <http://consultaescolas.pr.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2023.

REIS, N. S. Políticas educacionais do campo: percurso preliminar. **Revista HISTEDBR On line**, Campinas, número especial, p. 124-148, out. 2011.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. A. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias.** 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literature. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional.** 4. ed. 1ª. reimp. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.